



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2026 -

Aos vinte do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

Encontrava-se presente nesta reunião Emília Vieira de Carvalho Gonçalves, técnica superior da autarquia, designada para secretariar a presente reunião. -----

#### **PRESENCAS:** -----

Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, Carlos Filipe Meireles Macedo, Vítor Fernando de Sousa Costa, Joana Assunção Faria da Cunha Alegre, José Ricardo Brás de Oliveira, Luísa Cerqueira Seca, José Fernando do Rego Cordeiro, Ana Sofia Veloso Gonçalves, Maria Altina Costa Carvalho, José Ferreira da Mota, Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras. ---

O deputado municipal Rui Manuel Lebreiro Pereira, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

O deputado municipal José Henrique Félix Martins, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Pinto Queirós. ---

A deputada municipal Anabela Martins Teixeira Peneda, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Inês Silva Alves. -----

Na sequência da renúncia ao mandato apresentada pelo deputado do Partido Socialista, Luís Carlos Machado Miguel, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu posse a cidadã eleita pelas listas do Partido Socialista, Sandra Maria Teixeira Rodrigues. -----

Encontram-se presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia / União de Freguesias: Joaquim Agostinho Mota Pereira (Junta de Freguesia de Atei), António Manuel Teixeira Rodrigues (Junta de Freguesia do Bilhó), Duarte Carvalho Dinis (União de Freguesias de Campanhó e Paradança), David José Peixoto Gonçalves (União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas), João Carlos Sousa Ferreira Marques

GF.  
me



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

(Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto) e Paulo dos Anjos Portilha (Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros). -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

### **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos, começando por entregar um conjunto de documentação entregue pelo Executivo Municipal para os líderes dos grupos municipais. -----

### **1- Antes da ordem do dia** -----

#### **1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município** -----

A deputada municipal **Joana Assunção Faria da Cunha Alegre** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «O grupo municipal do Partido Socialista apresentou para esta Assembleia três recomendações distintas ao Executivo. Tratam-se de propostas independentes, com objeto próprio e destinatários diferenciados. Contudo, na ordem de trabalhos, essas três recomendações surgem agregadas num único ponto, sem indicação de votação individual. Importa clarificar dois aspetos essenciais. Primeiro, o artigo 29º do regimento estabelece que a ordem do dia inclui os assuntos indicados pelos membros da Assembleia. O número três refere expressamente que, antes da votação de cada assunto, haverá um período de discussão. Três recomendações distintas constituem normalmente três assuntos distintos. A sua agregação não pode servir para reduzir o tempo de debate ou impedir a votação individual. Sem votação separada, não há deliberação autónoma nem um registo fidedigno da posição de cada deputado. Segundo, importa afastar dúvidas sobre as competências desta Assembleia. O regimento atribui à Assembleia competência para tomar posição sobre assuntos de interesse para o município e para fiscalizar a atividade da Câmara, conforme definido no artigo 19º, alíneas k) e l). Uma recomendação não é um ato executivo, é um instrumento político de pronúncia plenamente enquadrado nas nossas competências. O que está aqui em causa não é o conteúdo das propostas mas o respeito pela autonomia deliberativa deste órgão. A Assembleia não pode ficar refém de vontades políticas sem critério. O regimento deve ser cumprido. Foi para

6/11  
me



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Op.  
me

isso que o mesmo foi aprovado na Assembleia de dezembro. Nestes termos, para garantir o cumprimento da legalidade, requeremos que cada uma das três recomendações seja discutida autonomamente, cada uma seja objeto de votação individual e que fique registado em ata o resultado de cada deliberação. O regimento é a garantia da nossa igualdade no exercício do mandato e deve ser cumprido integralmente».

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que a sua primeira questão se prende com a obra da estrada 312 e vai no sentido de saber se o senhor Presidente já tem alguma informação sobre os atrasos excessivos da obra que continua a causar transtornos evidentes. A sua segunda questão prende-se com a Rua Nova e com os vários transtornos que estão a afetar os residentes desta rua no dia- a dia da população, principalmente a falta de luz pública, que já está há mais de um mês inexistente. Sabe que não é o município que tem a responsabilidade de reparar a avaria mas, sendo o município quem paga a luz pública, e no interesse de defender o bem-estar da população aí residente, questionou o senhor Presidente sobre o que é que foi feito pelo município e qual a razão para tanta demora na reposição da normalidade. Referiu-se também às águas pluviais que correm livremente pela estrada fora, sem qualquer encaminhamento das mesmas, seja por uma conduta subterrânea própria ou, no mínimo, para uma valeta que as encaminhe para o destino adequado. Ainda há pouco tempo, e por força de não encaminhamento dessas águas, se registou uma derrocada do muro que limita o quintal da casa paroquial com a Rua Nova, provocando danos no muro, local que já se encontra sinalizado pelos serviços camarários. Esta situação é grave e perigosa pois esse espaço é utilizado por crianças que andam na catequese. Face ao exposto, perguntou o que é que o município está a pensar fazer para resolver a situação do encaminhamento das águas pluviais de modo a evitar situações similares futuras e se está a colaborar com a paróquia para resolver o problema da reposição do muro que corre risco de ver cair o que resta. Ainda sobre a Rua Nova constatou que o piso do paralelo não está nivelado e se encontra muito irregular. Os altos e baixos do piso prejudicam uma boa circulação de viaturas, chegando ao ponto dos carros baterem por baixo da carroçaria nos paralelos. De tal modo, é irregular que mesmo a circulação pedonal não é de todo fácil, principalmente por pessoas idosas ou com limitações físicas. Esta rua tem diversas habitações e moradores e também bastante trânsito automóvel. Numa altura em que se tem visto que o município está a apostar largamente na beneficiação dos caminhos públicos no concelho, ainda que tardia,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

68  
re

acha que é a altura de olhar para esta rua que tem bastantes moradores e proceder a uma intervenção na regularização da pavimentação e na condução das águas pluviais. É uma reivindicação justa daqueles moradores que querem ver resolvidos problemas e que agora foram aqui citados. De seguida, referiu que teve a oportunidade de recentemente visitar o edifício da ETA e afirmou que o que viu a deixou verdadeiramente chocada. Estamos a falar de um investimento de cerca de 5 milhões de euros, 3 milhões provenientes diretamente dos cofres do nosso município, dinheiro público. Aquilo que encontrou foi um cenário de degradação total. Um edifício ao abandono por opção política, onde é evidente o desperdício e o uso destrutivo de recursos públicos. As fotografias que recolheu são claras: estruturas danificadas, sanitários e portas destruídos, vidros partidos, sinais de vandalismo extremo, incluindo vestígios de disparos nos vidros e nas portas. Há evidências de fogueiras feitas no interior do edifício. O que vemos hoje é o maior investimento público feito pelo município até há data, deixado à mercê do vandalismo e da deterioração, assistindo-se a um jogo de empurra de responsabilidades: ora porque foi uma opção do PSD que construiu, ora porque o PS que governou depois não encontrou solução. O certo é que continuamos na mesma e, no meio desta troca de acusações partidárias, o que permanece é um edifício degradado e um prejuízo para o município. O que está em causa não é saber quem construiu ou quem governou. O que está em causa é a responsabilidade política de encontrar soluções. O que está em causa é o respeito pelo dinheiro dos munícipes. Não podemos continuar a aceitar que 5 milhões de euros permaneçam naquele estado. É lamentável, é inaceitável. Exigem-se respostas concretas. Aquele edifício no futuro vai ser extremamente importante na gestão da água do concelho de Mondim de Basto. Mais uma vez serão os mondinenses a pagar a fatura de um projeto a que ninguém consegue dar resposta. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que iria entregar um requerimento à Mesa a solicitar documentos que se passa a transcrever: «O grupo municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, no exercício das suas funções e de forma a garantir o regular funcionamento da Assembleia Municipal, recorda que esta tem por competência, de acordo com a alínea a) do número 2 do artigo 25º, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Por outro lado, a alínea d) do mesmo número e artigo refere, como competência da Assembleia Municipal, solicitar e receber informação através da Mesa e a pedido de qualquer membro sobre os



OF,  
AV

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

assuntos de interesse para o município. Neste sentido, vimos por este meio solicitar a disponibilização de um conjunto de informações e documentos relacionados com a empreitada de “Reabilitação do Edifício da Habitação Multifamiliar - Edifício Santiago, no âmbito do Programa 1º Direito”, adjudicada a 2 de abril de 2024 à empresa CRISMAGA, por um valor de 2.088.000 Euros. Os documentos de informação pretendidos são os seguintes: a) Autos de medição e respetivos elementos justificativos, nomeadamente peças desenhadas com indicação do realizado e medições detalhadas; b) Cópia dos relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos e outros factos relevantes da empreitada; c) Registos fotográficos do desenvolvimento da obra; d) Relatórios de acompanhamento da obra; e) Cópias das atas das reuniões de obra mensais de acompanhamento de obra e documentos produzidos no âmbito das reuniões quinzenais para verificação do cumprimento do mapa de trabalhos na presença das equipas de construção e representante do dono da obra; f) Informação onde conste a relação de todos os pagamentos feitos à CRISMAGA no âmbito da empreitada em assunto». De seguida, questionou o senhor Presidente sobre o ponto de situação da obra do Edifício Santiago, do projeto e do financiamento. Relativamente ao Rally de Portugal, e visto que no ano passado não tivemos a prova no nosso território, sendo que no calendário deste ano voltamos a ficar de fora, questionou o senhor Presidente no sentido de saber o que é que justifica esta situação. Relativamente às várias tempestades que nos assolaram e aos seus efeitos no nosso território, questionou o que é que está a ser feito e com que celeridade veremos os problemas resolvidos. Têm conhecimento da estrada entre Bilhó e Covelo que se encontra condicionada, não permitindo sequer que um camião transite por lá. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para esclarecer que as recomendações serão tratadas individualmente, no respetivo ponto da ordem de trabalhos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões que foram colocadas. Relativamente à questão colocada sobre o ponto de situação da estrada de Atei, referiu que têm notificado formalmente o empreiteiro daquilo que tem sido o atraso. A verdade é que, independentemente disso, não está concretizada e, portanto, obviamente tem trazido transtornos a todas as pessoas que passam lá diariamente, mas está em cumprimento daquilo que era o prazo que estava estabelecido. Relativamente à Rua Nova e às questões relacionadas com energia, referiu que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

hoje mesmo esteve presente a empresa responsável subcontratada da E-redes que tem sido responsável por executar os trabalhos na região e, mais uma vez, foram reportadas as limitações sentidas não só na Rua Nova, mas também noutras partes da vila. Relativamente ao piso da Rua Nova, esta é uma das estradas que está identificada como prioridade para avançarmos, a curto prazo, num procedimento de beneficiação de estradas. Quanto aos danos provocados no muro, esclareceu que os serviços da proteção civil se deslocaram ao local para fazer a avaliação e que a própria Comissão Fabriqueira também já entrou em contacto com a autarquia para dar nota de que forma é que podemos resolver a situação e encontrar uma solução conjunta. Relativamente à ETA e ao seu estado de degradação, referiu que a documentação entregue no início da sessão esclarece um pouco como é que chegamos até aqui, e a senhora deputada terá também a oportunidade depois de fazer a leitura. A verdade é que estão lá investidos muitos milhões de euros do erário público e é uma infraestrutura que nunca funcionou. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Macedo que identificou um pedido de um conjunto de documentos, referiu que os serviços municipais irão prestar essa informação logo que seja possível. Relativamente ao ponto de situação do Edifício de Santiago, informou que irão avançar com um novo projeto, com um novo concurso público. Acrescentou que ainda é precoce estarmos a dizer se haverá ou não algum corte no financiamento. Relativamente ao Rally de Portugal, referiu que teve a oportunidade de reunir com o responsável da prova há uns meses atrás, dando nota da nossa vontade em podermos receber a prova. A informação que lhe foi dada, relativamente a esta edição, é que iria passar no nosso concelho, não em prova, mas que iria fazer parte do percurso. Reafirmou que reconhece a importância de termos o rally, de termos não só os carros a passar, mas que possa incluir o nosso troço e que manifestará essa vontade formalmente novamente para que possamos ter o rally. Relativamente às tempestades, de facto fomos assolados por algumas quedas de muros de suporte. A nossa equipa da proteção civil foi exemplar na resposta, procurando acima tudo assegurar a segurança da circulação e das pessoas. Iremos aguardar pela identificação e pelo cálculo daquilo que possa ser o valor dos prejuízos, aguardar também que o próprio Estado Central possa também criar um aviso para podermos concorrer e recorrer a financiamento pois certamente que serão necessárias umas centenas de milhares de euros para conseguirmos resolver todas as situações. Obviamente que há concelhos que foram mais afetados do que o nosso. Contudo, temos aqui situações que irão necessitar certamente de um esforço



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

OF.  
me

financeiro grande, pelo que iremos procurar também sermos contemplados com esses apoios por parte do Estado. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente ao Edifício Santiago, considera que este é um tema sensível e de grande relevância para a comunidade local. A habitação é um direito fundamental e quando os fundos estão disponíveis, mas não chegam ao terreno, o escrutínio é natural e necessário. Acrescentou que, relativamente a Mondim e ao PRR, se constata que o comboio passou ao lado: o PRR foi anunciado como uma bazuca que viria a resolver os problemas estruturais do país, sendo a habitação uma das maiores prioridades para concelhos do interior como Mondim, onde a fixação de jovens e o apoio às famílias mais vulneráveis dependem criticamente da habitação digna a custos acessíveis. Esta era a oportunidade de uma geração. Contudo, a realidade atual é desoladora: nem uma única casa - uma oportunidade desperdiçada. Estamos perante um cenário de financiamento a 100%, algo raríssimo mesmo no panorama dos fundos comunitários. O não aproveitamento do PRR para a habitação, é o espelho de um executivo municipal que parece não ter a competência necessária para lidar com a complexidade e a urgência dos desafios atuais. Mondim de Basto não pode dar-se ao luxo de ver os comboios de desenvolvimento passar enquanto o seu executivo fica na estação a ver as oportunidades perderem-se. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que, como é do conhecimento geral, os últimos meses foram marcados por condições meteorológicas adversas que provocaram quedas de muros de suporte, danos em caminhos e estradas, problemas em linhas de água e drenagens. Questionou o senhor Presidente no sentido de saber se o município está a preparar alguma candidatura ou mecanismo de apoio para fazer face a estes prejuízos e se a freguesia de Atei está contemplada nesse eventual levantamento ou candidatura. Considera que é fundamental garantir que nenhuma freguesia fique esquecida neste processo. A sua segunda questão prende-se com a instalação de fibra ótica. Trata-se hoje de um serviço essencial, não apenas para o conforto, mas para a fixação da população, atração dos jovens e famílias, apoio ao ensino e ao teletrabalho. Perguntou em que ponto se encontra o processo de instalação da fibra ótica na freguesia de Atei. Existe previsão concreta para que os nossos fregueses possam finalmente ter acesso a esse serviço? De seguida, mencionou outra preocupação séria que é a revisão do plano



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6  
re

diretor municipal. Temos assistido à saída da população da freguesia porque não consegue construir. Muitas famílias acabam por adquirir habitação em concelhos vizinhos, onde encontram maior flexibilidade urbanística. Não podemos falar apenas em grandes zonas industriais, que naturalmente são importantes, se ao mesmo tempo não conseguimos garantir condições básicas para fixar pessoas nas nossas freguesias. Perguntou para quando está prevista a conclusão da revisão do PDM. Relativamente à Estrada Municipal 312, referiu que a obra iniciou em outubro de 2025. Foi removido o pavimento em alguns locais para execução de nova base, o que consideram positivo. No entanto, já passaram vários meses e a via continua sem alcatrão, encontrando-se em estado de lama, causando transtornos diários à população, dificuldades de circulação, prejuízos para veículos e desconforto generalizado. Reconhece que o mau tempo não ajudou mas que não pode justificar indefinidamente a situação. Questionou o senhor Presidente no sentido de saber se existe previsão concreta para a conclusão da obra e se está garantida a sua execução integral num prazo razoável. Por último, referiu que tem verificado a construção de novos aquedutos e encerramento de outros, concentrando as águas de dois ou três pontos num só, pelo que perguntou se foi feito estudo técnico sobre o encaminhamento dessas águas, se está assegurado o acompanhamento adequado do escoamento ou se corremos o risco de transferir o problema para terrenos agrícolas e caminhos secundários. Considera fundamental prevenir danos futuros em vez de os remediar depois. Terminou reforçando que estas questões não são críticas políticas, mas preocupações legítimas da população de Atei. O nosso objetivo é colaborar, encontrar soluções e garantir que a freguesia não fique para trás no desenvolvimento do concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder ao senhor deputado Carlos Macedo dizendo que, se o assunto não fosse tão sério, dava-lhe vontade de rir da sua intervenção. Lembrou que quem aprovou a estratégia local de habitação foi o Partido Socialista que candidatou vinte e uma casas. Foi por isso que o concelho passou ao lado: porque tivemos concelhos vizinhos que candidataram centenas de casas e o Partido Socialista, na estratégia local, apresentou somente vinte e uma casas. Por isso é que desperdiçamos esta oportunidade. Obrigou-nos a ter que rever a estratégia, aumentarmos o número de casas para cerca de cem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

casas, sendo que na aprovação da segunda revisão já não era a 100%. Passamos ao lado, sim, porque o Partido Socialista foi muito pouco ambicioso na aprovação da estratégia local de habitação. Quando nós tivemos que rever a estratégia local envolvemos as juntas de freguesia para ajudar a identificar as necessidades das pessoas, para termos uma habitação a custos acessíveis e aumentamos significativamente. É neste ponto que estamos ainda a aguardar de que forma é que estas candidaturas podem ser aprovadas e em que função será o financiamento, mas já não será a 100%. Portanto, se o assunto não fosse tão sério, dava-lhe mesmo vontade de rir. Referiu que era necessário ter alguma capacidade e honestidade de reconhecer onde estiveram bem e onde não estiveram. A habitação é importante, mas já o era quando apresentaram a estratégia local de habitação. Tivemos a oportunidade de canalizar dezoito dessas vinte e uma casas para podermos resolver a situação do Edifício Santiago e espera que essa solução possa estar ao serviço da nossa comunidade. Relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente da junta de freguesia de Atei, referiu que não conseguia precisar exatamente quando é que será a conclusão da obra, mas está garantido que ela vai ser executada. Relativamente à questão que colocou sobre os aquedutos, referiu que se trata de questões técnicas, mas que espera que esteja a ser executado de acordo com aquilo que seja o melhor para todos. Quanto à revisão do PDM, temos a expectativa e a vontade que no próximo mês possa ir para consulta pública e espera que possa merecer também essa vontade de todos para que se possa resolver. Relativamente à fibra ótica, referiu que na última reunião de Câmara foi aprovado o protocolo com a DST para instalar um novo servidor de distribuição de rede no concelho e espera agora ter melhores condições para o fazer e isso será também um garante de que esta distribuição da rede fibra ótica possa acontecer no nosso concelho. Efetivamente há um abaixo-assinado que foi entregue à empresa, realizado pela população de Atei, para que possa também criar uma pressão maior naquilo que é uma necessidade para o desenvolvimento do concelho. Relativamente às tempestades, esclareceu que ainda não há nenhuma candidatura realizada. Portanto, como disse há pouco, estamos a fazer a identificação dos locais, de todas as ocorrências registadas no concelho. Obviamente nenhuma freguesia ficará de fora. Importante será que possa surgir um aviso para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

realizarmos depois uma candidatura. Caso contrário, teremos que ver de que forma e com que capitais próprios teremos condições para resolver as situações. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente à intervenção do senhor Presidente da Câmara, que esta agora é nova: este Executivo é que fez a compra do edifício pelo dobro do seu valor, fez uma candidatura que estava financiada a 100% mas que não foi concluída por culpa deste Executivo e não foi por falta de aviso. Alertou aqui muitas vezes, perguntou qual é que era o estado da obra, e o senhor Presidente disse sempre que estava tudo a correr bem quando toda a gente via que não estava, que estava completamente atrasada. O senhor Presidente não conseguiu fazer as habitações a 100%. e agora a culpa é do Partido Socialista? Isso é que é de rir! -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que não disse que a falta de conclusão da obra era culpa do PS. Disse que se não temos mais habitação, aproveitando o financiamento a 100%, essa sim é que é culpa do PS. Essa sim é a culpa do PS, porque podia ter sido mais ambicioso, podia ter criado uma estratégia local de habitação com mais candidaturas e sim, hoje, estaríamos com várias obras, não só uma, várias obras com a disponibilização também a 100%. -----

### 1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

### Ordem do dia -----

#### 2.1- Aprovação da ata da reunião de 23 de dezembro de 2025-----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para colocar uma questão relativamente ao ponto em que votou com abstenção e em que a senhora Presidente disse que eu não tinha direito à declaração de voto. Gostava apenas que me justificasse porquê e onde é que essa afirmação de não poder fazer declaração de voto está explícita. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para dizer que, conforme refere o nosso regimento, só existe o voto de vencido pelo que a abstenção não está incluída, mas que poderia pedir um parecer jurídico sobre o assunto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Não mais havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da ata da reunião de 23 de dezembro de 2025 que foi aprovada por maioria dos presentes na sessão.** -----

### **2.2- Aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» do ano de 2025** -----

A deputada municipal **Joana Assunção Faria da Cunha Alegre** usou da palavra para dizer que a demonstração do desempenho orçamental 2025 fornece provas irrefutáveis da paralisia que afeta o nosso município. Os números não mentem e expõem uma gestão que vive de saldos bancários em vez de obra no terreno. O mapa de demonstração do desempenho orçamental revela que o saldo de gerência 2025 que transita para 2026 é de 5.921.388,88€. Deste total, mais de 2 milhões irão para despesa corrente. Este valor não é um lucro ou uma poupança virtuosa. É um atestado de que no ano 2025 o executivo foi incapaz de executar quase 6 milhões de euros que tinha à sua disposição para servir os munícipes. Isto significa que o dinheiro esteve retido enquanto as necessidades do concelho esperavam. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que, mais uma vez, salta à vista a transição de um valor bastante considerável para o ano seguinte. Já aconteceu no orçamento anterior e, portanto, assim, numa análise superficial, realmente pode parecer um excelente indicador das contas do município. No entanto, importa olhar para esta questão com alguma profundidade e verificamos que o valor transitado neste ano é muito semelhante ao do ano passado e que os orçamentos também se mantêm em linhas muito próximas. Perante isto, a sua questão é se estamos de facto a ter uma boa execução relativamente aos projetos que foram prometidos à população. Num concelho como o nosso, que é tão necessitado de investimento, seja em infraestruturas, seja em apoio social, seja no desenvolvimento económico, seja na própria qualidade de vida dos nossos munícipes, é legítimo perguntar por que razão continuam a transitar milhões de euros de um ano para o outro. Não seria preferível apresentar uma taxa de execução maior e terminar o exercício com um saldo residual, em vez de manter valores elevados em conta por falta de concretização de projetos? O que está aqui em causa não é apenas a saúde financeira do município. É sobretudo a capacidade de transformar orçamento em obra feita, em investimento concretizado e em respostas efetivas para a população. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder às duas intervenções em conjunto porque ambas abordam o saldo de gerência e execução do orçamento de 2025. Crê que todos os municípios gostavam de viver com o saldo positivo e que não haverá dúvida de que este esforço deve ser feito em termos orçamentais para que possamos ter saldos positivos e que nos deve orgulhar. Caso contrário, sim, estaríamos também numa situação financeira desagradável, o que não é o caso. Efetivamente transitam estes valores para o orçamento seguinte, mas uma parte bastante significativa são projetos financiados que têm a pluralidade na sua execução e por isso é que uma grande parte significativa, mais de dois milhões de euros que são de projetos financiados, transita para o ano seguinte porque tem também a sua execução a mais de um ano e, felizmente, temos conseguido financiamento para projetos o que é bom, o que também é positivo. Quando conseguimos captar um financiamento para um projeto, ele poderá decorrer em anos consequentes e daí a necessidade também de o valor que foi assegurado no âmbito do financiamento poder transitar para os anos seguintes. Crê que é um balanço positivo o facto de termos efetivamente este saldo. Obviamente que não esperaria por parte da oposição que viessem elogiar. Podemos sempre dizer que era possível gastar mais, mas depois se gastarmos mais a seguir também irão dizer que tínhamos aqui uma despesa corrente bastante grande. Crê que deve-nos felicitar a todos saber que há uma transição positiva, que há um conjunto de projetos que irão aqui ser reforçados. Acrescentou que no âmbito deste exercício pautaram pela transparência e é com esta transparência que devem continuar a exercer as funções de modo a que possam efetivamente dar nota daquilo que é o ponto de situação, neste caso, do orçamento municipal que é um saldo positivo. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» do ano de 2025 que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e nove abstenções.** -----

### **2.3- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2026**-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que, relativamente à proposta apresentada, gostaria de solicitar esclarecimentos sobre a reestruturação do centro da Praça, centro dos vinhos verdes de Atei. Se a memória não lhe falha, esta obra foi levada a concurso antes das últimas eleições por duas vezes, com valores superiores a um milhão de euros. No entanto, nesta revisão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

orçamental surge agora uma verba na ordem dos 144.000 Euros. Questionou se estamos perante uma reformulação do projeto? Houve redução substancial da intervenção prevista? Ou foi tomada a decisão de abandonar o projeto inicial? Esta questão preocupa-o particularmente porque o centro da Praça se encontra num estado de degradação visível e progressiva, sendo um espaço onde se realizam inúmeras atividades públicas. Acrescentou que também gostaria de perguntar onde anda o orçamento participativo. Manifestou que gostaria igualmente de colocar uma questão relativamente aos apoios e às instituições sociais do concelho. Verifica que existem transferências significativas para as várias associações, nomeadamente para as estruturas que prestam um serviço social relevante e criam emprego. No entanto não encontra qualquer referência à Associação de Solidariedade Social Atei Contigo IPSS pelo que perguntou se existe algum motivo para esta instituição não constar nos apoios previstos. Estão definidos critérios objetivos para a atribuição dessas verbas? Está o município disponível para celebrar um protocolo anual que permita dar estabilidade à instituição? Estamos a falar de uma IPSS que presta serviço à população e pode criar muitos empregos e contribuir para a coesão social. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «Ao analisarmos as alterações orçamentais da despesa, torna-se claro, como nós fomos alertando, o abandono de várias promessas eleitorais. Não existem inscrições orçamentais ou reforços que garantam a execução do parque de lazer da Ponte dos Cavacos em Vilar de Ferreiros ou da Casa da Igreja nessas alterações modificativas. O projeto do centro dos vinhos verdes em Atei surge com uma dotação manifestamente insuficiente, cerca de 144.000 Euros, o que inviabiliza qualquer obra estruturante de relevo na economia local. Por um lado, gastamos 157.000 Euros na colmeia de Natal e por outro apenas 85.000 Euros no abastecimento de água. Falar também que o Executivo decidiu reforçar a despesa com pessoal externo, um aumento de 43% na rubrica pessoal em regime de tarefa ou avença, que já tinha uma dotação inicial de 229.000 Euros e através desta revisão o Executivo injetou mais 100.000 € nesta rubrica elevando o gasto total com avenças para 329.000 Euros. Como pode um Executivo que não consegue executar as obras alegar que precisa de gastar mais 300.000 Euros em serviços externos com o pessoal? É disto que estamos a falar, é de opções, é de prioridades. Enquanto as estradas, as variantes, os miradouros, as pontes, as casas prometidas são apagadas do mapa orçamental, o dinheiro é desviado para reforçar avenças de 329.000



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

Euros e de investimentos de dúbio retorno. Mondim de Basto está parado, não por falta de dinheiro, mas porque falta quem saiba aplicar em benefício da população. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para, em primeiro lugar, fazer uma pequena correção. Não é verdade que o Centro dos Vinhos Verdes em Atei esteja só dotado com 144.000 Euros, pode estar dotado para o ano de 2026 mas uma obra não se faz em doze meses, ou seja, tem plurianualidade. Portanto, importa fazer esta correção porque quem ouvir lá em casa pensa que a obra não é para fazer e isso não é não é uma verdade. Relativamente ao ponto em apreciação, referiu que nesta alteração orçamental modificativa está refletida a posição sólida das finanças municipais. A nossa autarquia está financeiramente estável, demonstrando capacidade de planeamento responsável dos seus recursos. Esta revisão está construída com prudência mas também com visão estratégica e foco no investimento. Importa destacar a incorporação do saldo de gerência de 2025, fruto de uma gestão prudente no montante de 5,56 milhões de Euros, que eleva o orçamento global total para cerca de 27,5 milhões de Euros. Sublinhamos ainda que o município cumpre integralmente a regra de equilíbrio orçamental, apresentando ainda uma margem de 435.000 Euros o que demonstra uma política de contas certas e responsabilidade orçamental. Para além dos projetos importantes que estão dotados, esta revisão orçamental permite ainda dotar rúbricas extremamente importantes para o dia-a-dia dos mondinenses, tais como o abastecimento e a rede de equipamentos de águas e a beneficiação de edifícios e equipamentos municipais. Concluindo, esta primeira revisão orçamental é um instrumento de consolidação, pois reforça o equilíbrio e a solidez financeira e continua a investir nas pessoas, no território e no futuro de Mondim de Basto.-

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para referir que de facto houve uma falha sua na intervenção pois não disse que estava repartida para 2026 e 2027 mas que mesmo assim não dá um milhão e meio de Euros. Mas referiu que viu uma notícia publicada pelo Executivo a 27 de maio de 2025 que referia que o município de Mondim de Basto investe 1,5 milhão de Euros para a construção do Centro de Vinhos Verdes de Atei. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para deixar descansada a população de Atei e o senhor Presidente da junta de freguesia porque efetivamente existe a plurianualidade do investimento. Obviamente que uma obra desta natureza não se consegue construir num ano. Deixou a nota de que não foi mais cedo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6/1  
me

porque o concurso ficou vazio, houve uma intenção já de a poder executar. Confessou que pensaram recorrer a empréstimos bancários para execução desta obra que querem que se concretize, mas, aparentemente, não será necessário, será com recursos próprios. Portanto, canalizaram aquilo que é um esforço do orçamento municipal para poder assumir aquilo que não será participado. Relativamente às associações, presume que se estava a referir aquelas que aparecem em orçamento, referiu que são aquelas que já têm protocolo com a Câmara Municipal e por isso é que aparece descrito o apoio que é dado a essas associações. Os apoios das outras associações que não sejam por esta via entram numa rúbrica geral e, portanto, não podem assumir que não haverá qualquer apoio a outra associação por não aparecer lá transcrito objetivamente o nome da associação. Relativamente à questão dos custos com os recursos humanos referida pelo senhor deputado Carlos Macedo, deu nota que, neste momento, a Câmara, para poder dar resposta a necessidades reais de prestação de serviços, tem recorrido a situações de contrato a recibos verdes. E, por isso, brevemente iremos também abrir um novo concurso público para que possamos ter essas pessoas a trabalhar no quadro, porque efetivamente são necessidades que estão já identificadas. Portanto, não estamos num despesismo, são necessidades identificadas e que a Câmara precisa realmente de criar essa estabilidade. Espera que haja aqui também o reconhecimento por parte do Partido Socialista e que haja a oportunidade para as pessoas terem aqui estabilidade de emprego, porque é uma necessidade real neste momento da Câmara Municipal Mondim de Basto. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Brás que veio reforçar a importância que é termos contas positivas, referiu que seria certamente muito mais desagradável se estivéssemos aqui a falar de contas negativas, o que não é o caso. Obviamente que haverá pessoas que poderão ter ideias diferentes de onde é que se podia ter investido, mas tem a consciência total de que o dinheiro que é investido é bem investido para as pessoas e para todos os mondinenses. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para questionar se, em relação à associação Atei Contigo, está o município disponível para celebrar um protocolo anual que permita dar a estabilidade à instituição dos mesmos modos que têm as Aldeias de Mondim e a ASAD. Para terminar perguntou onde anda o orçamento participativo. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que não tinha presente se essa a questão do valor do orçamento participativo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

DF.  
me

está no documento, mas referiu que poderia depois rever e ajustar a qualquer momento. Crê que é injusto, principalmente para as outras associações, fazer-se uma comparação em termos de qual é que é a associação mais importante e porque é que umas têm um protocolo e outras não têm. Todas elas, na sua dimensão, têm a sua importância e o seu impacto para a comunidade. Existem mais associações no concelho a necessitar de ajuda com as quais têm reunido com alguma regularidade, têm apresentado a todas elas, de forma transversal, aquilo que são as suas ambições, o que são também os seus desafios e têm procurado ajudá-las também de acordo com a disponibilidade financeira do município. Aqui, uma vez mais, também crê que será injusto dizer que o apoio é exatamente o mesmo a todas as associações porque cada uma tem as suas dimensões e a disponibilidade financeira do município também obriga, por vezes, a que se tome decisões e se dê àquelas que no momento mais precisam. Acha que também não devemos estar a comparar aquilo que é o apoio ou trabalho realizado e crê que também não foi isso que o senhor Presidente da junta procurou fazer. O presidente da junta de freguesia de Atei falou de uma associação dessa freguesia, mas há mais associações na sua freguesia também, discriminou só uma delas, mas há outras que precisam de necessidades e a Câmara também tem noção das dificuldades de outras associações da freguesia de Atei. As associações precisam de ajuda e a Câmara, na sua dimensão, olhando para o concelho como um todo, procura ajudar a todas. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que o senhor Presidente colocou palavras na sua boca pois não pôs em causa o trabalho das outras associações e até referiu que todas são importantes para o concelho. Realçou que o que perguntou foi se a Câmara tinha a vontade para assinar um protocolo idêntico ao das outras associações. Admitiu ter conhecimento de que a freguesia de Atei tinha muitas associações e que defenderia qualquer uma delas. Referiu que o que perguntou foi se estaria à vontade para assumir um protocolo igual para dar vida àquela associação da mesma forma como foi feita nas outras associações pois só com esses protocolos é que elas conseguiram chegar onde estão hoje. É a sua opinião e acha que não está aqui a denegrir nenhuma das outras associações. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar nota de que não pode ser um protocolo igual porque as associações não têm as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

62  
me

mesmas ações, as mesmas atividades e as mesmas obrigações que têm as outras duas associações. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora **Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2026** que foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e dez abstenções. -----

**2.4- Aprovação de proposta de autorização prévia, destinada a contratação de empréstimo a médio e/ou longo prazo, nos termos do disposto no art.º 51º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para “Piscina Escolar de Mondim de Basto” -----**

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer confessar que estava com alguma dificuldade de interpretação pois quando começou a ler a proposta que realmente fala de uma piscina escolar de Mondim de Basto, mas que pelo meio fala num centro de vinhos verdes, e termina outra vez num projeto denominado piscina escolar, ficou um bocadinho confusa sobre o que é que estavam a falar: se realmente de uma piscina, que é sem dúvida um equipamento que faz falta, ou de um empréstimo para um centro de vinhos verdes. Portanto, não lhe que esta proposta esteja coerente e elaborada de modo a estar sujeita à votação pois não lhe parece que educação, escola e vinho verde seja assim uma coisa muito plausível do ponto de vista pedagógico. Portanto, acha que esta proposta não cumpre requisitos para ser votada hoje nesta assembleia. -----

O senhor **Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, efetivamente, houve um erro de escrita, tendo existido a hipótese de se recorrer também ao empréstimo para o Centro de Vinhos Verdes e daí a confusão no texto. Referiu que os dois pontos que referem ao Centro dos Vinhos Verdes não fazem parte desta proposta, o que não altera em nada aquilo que é a proposta essencial. Lembrou que há pouco referiu que, com a alteração modificativa ao orçamento, teriam capital próprio para avançar com o Centro de Vinhos Verdes, portanto toda a proposta é referente ao empréstimo para a piscina. Há aqui dois pontos que não são condicentes com o conteúdo, mas o conteúdo em si e a essência até da própria informação técnica que somente faz referência à piscina municipal não alteram aquilo que é a proposta, mas que efetivamente não deviam constar porque foi um lapso de escrita. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a piscina é uma prioridade e é claramente uma estrutura que falta ao nosso concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

Contudo, este pedido que é feito só evidencia a má gestão financeira e a falta de planeamento do atual Executivo. Temos os maiores orçamentos de sempre, o maior saldo de gerência de incorporação de sempre e depois temos um empréstimo de 1.411.000 Euros para a piscina escolar. O custo total da piscina escolar são 2 milhões, subiu para 2.164.000 Euros, o financiamento é apenas de 753.000 Euros. Isto significa que o projeto foi mal desenhado ou está desatualizado face aos preços de mercado, obrigando o município a financiar diretamente, via empréstimo, cerca de 65% da obra. Uma gestão competente, teria ajustado o projeto ou procurado fontes de financiamento que não sobrecarregassem tanto o orçamento municipal, especialmente quando se gabam ter os maiores orçamentos de sempre. -----

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que, relativamente a este ponto, importa aqui lembrar algumas questões e a primeira delas é pela importância da obra. A piscina escolar é ou não uma infraestrutura de grande importância para as nossas crianças e para todos os mondinenses? Relativamente a esta questão, crê que nenhum de nós aqui duvida dessa importância. Se bem se lembra, quando o PSD colocou um cartaz que dizia que “aqui será construída a piscina coberta” o Partido Socialista respondeu com o cartaz ao lado que dizia “com o Partido Socialista ela já estaria construída”. Em doze anos de mandato do Partido Socialista, tanto tempo tiveram para construir e não o fizeram mas ousaram colocar lá o cartaz. Não deixa de ter a sua piada. Relativamente ao facto do município recorrer a um empréstimo, referiu que é sinal da sua boa saúde financeira. Como todos sabem, os municípios estão limitados a percentagens de empréstimos. Se existe a oportunidade de beneficiar de um financiamento estatal na ordem dos 644.000 Euros, não vê porque não o município aproveitar este tipo de financiamento, recorrendo a um empréstimo de aproximadamente 1.350.000 Euros e ficar com uma infraestrutura na ordem dos 2 milhões. Portanto, não compreende esta posição do Partido Socialista quando diz que existe uma má gestão porque o município pode fazer a sua construção sem recorrer empréstimos. Claro que são opções. Mas lembrou que esta estratégia de recorrer a empréstimos também foi feita pelo Partido Socialista no seu mandato. E foram feitos empréstimos de valores avultados também. É essa a forma de estar que diferencia realmente a posição do Partido Socialista quando está do lado de cá ou quando está do lado de lá. Em conclusão, os financiamentos existentes devem ser sempre feitos e este tipo de procedimento de recorrer a empréstimos não é um procedimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

63  
me

exclusivo da Câmara de Mondim, não é um procedimento que infelizmente nos afeta a nós, mas afeta todas as câmaras do país. Quando o Partido Socialista recorreu aos empréstimos, e bem, houve necessidade de o fazer, recorreu e construiu obra. Agora passa-se exatamente a mesma coisa. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que ou o senhor deputado Vítor Costa não ouviu aquilo que disse ou então interpretou completamente mal. O Partido Socialista é completamente favorável à construção da piscina. Não é favorável é à questão do endividamento para isso e por um motivo muito simples: considera que este executivo tem que ter prioridades - ou é a Casa da Igreja ou é a Piscina. O Partido Socialista entende que a piscina é uma estrutura fundamental para o concelho. Ninguém aqui estava contra a piscina, obviamente, até fazia parte do nosso programa. Não percebe porque é que o senhor deputado estava tão indignado. Perguntou: a questão da saúde financeira atual deste executivo deve-se a quem? Se vocês hoje conseguem endividar-se é graças ao trabalho de recuperação financeira que o executivo do PS teve ao longo de doze anos na autarquia, caso contrário, não havia empréstimos. -----

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que crê que há dificuldades de interpretação porque nunca disse que o Partido Socialista era contra a piscina, mas sim que o Partido Socialista se mostrava contra esta opção de recorrer a empréstimo por considerar que era uma má gestão. E também lembrou que o Partido Socialista, no seu mandato, também recorreu várias vezes a empréstimos. Relativamente à saúde financeira do município, o Partido Socialista fez a sua gestão, tem o seu mérito, mas lembrou que já passaram cinco anos, em que este Executivo continuou a pagar muito a dívida também. E o Partido Socialista recorreu a empréstimos, e bem, na sua opinião, pois sem recorrer a esses empréstimos não tinha feito a obra que deixou e que é boa certamente.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer um balanço das intervenções realizadas e começou pela mais importante que é precisamente a importância que este serviço tem para a nossa comunidade. Acha que isso é que deve ser o fator que nos deve unir a todos. A verdade é que agora, com este empréstimo, vamos ter a possibilidade de a concretizar. O financiamento de cerca de 44%, pode parecer pouco mas foi uma luta conseguir financiamento para este tipo de infraestruturas, e, portanto, teve que haver aqui o enquadramento também da importância no âmbito da educação, e por isso é que a localização também é naquele local, para que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

68  
MC

podéssemos ter um financiamento para que o esforço do município seja mais reduzido. Isto são equipamentos também por si só complexos e que têm os seus custos. Este é o primeiro projeto para o qual recorreremos a empréstimo para podermos avançar já com a infraestrutura e poder colocá-lo o mais depressa possível ao serviço da nossa comunidade. O Partido Socialista já tinha assumido que efetivamente há um conjunto de obras importantes para o concelho e que o orçamento municipal, por si só, não consegue assegurar a execução de todas. Portanto, afirmou que onde for possível fazer obra com o orçamento municipal avançamos, onde não for possível, e sendo importante as infraestruturas como é o caso da piscina escolar coberta, iremos avançar na modalidade do empréstimo. Não querendo entrar na retórica, referiu que o Partido Socialista, entre 2018 e 2021, recorreu dez vezes ao empréstimo, e, portanto, se recorreram a empréstimo é porque na altura entenderam que era a solução. A boa gestão permite-nos que possamos recorrer a este empréstimo e por isso estamos a apresentar essa solução. Espera que o concurso público não fique novamente deserto e que possamos ter, ainda neste mandato, uma piscina disponível a toda a comunidade e que possamos todos, sem exceção, estarmos satisfeitos, porque todos vamos participar para que assim seja. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para propor ao plenário, dada a importância deste ponto, a retirada do ponto 6 e 7 e a respetiva atualização de 15 pontos para 13 na proposta em apreço, para poderem deliberar sobre a proposta, ao que todos os membros anuíram. --

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação de proposta de autorização prévia, destinada a contratação de empréstimo a médio e/ou longo prazo, nos termos do disposto no art.º 51º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para “Piscina Escolar de Mondim de Basto” que foi aprovada por unanimidade.** -----

### **2.5- Aprovação da proposta de retificação de erro de escrita, no âmbito da deliberação de aprovação do Mapa de Pessoal para 2026** -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, no âmbito da apresentação do mapa de pessoal, houve um erro de escrita nos mapas que foram apresentados, não no mapa pessoal, porque esse corresponde exatamente com a atribuição dos colaboradores, mas nas fichas pois houve uma ficha que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature or initials in the top right corner.

não foi apresentada e, portanto, daí recorreremos à atualização. Não altera em nada o mapa do pessoal porque esse até já está em vigor. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da proposta de retificação de erro de escrita, no âmbito da deliberação de aprovação do Mapa de Pessoal para 2026 que foi aprovada por unanimidade.** -----

### **2.6- Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a União das Freguesias de Campanhó e Paradança e o Município de Mondim de Basto** -----

A deputada municipal **Joana Assunção Faria da Cunha Alegre** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «A proposta do contrato interadministrativo com a união de freguesias de Campanhó e Paradança e com as restantes é por si só uma confissão. Apesar de o município ter aumentado o quadro de pessoal e investido em maquinaria, admite que as freguesias têm uma maior proximidade e melhores condições para executar tarefas básicas, como a limpeza de vias e espaços públicos. Ora, se a Câmara compra máquinas e contrata pessoas, mas depois tem de delegar o trabalho e pagar por hectare porque não consegue chegar a todo lado, estamos perante uma duplicação de custos e uma gestão ineficiente de recursos municipais. Urge a transferência de competências em definitivo, tal como nós sempre defendemos e como envelope financeiro adequado às responsabilidades das juntas. De realçar também a ausência de acordo com as freguesias de Atei e São Cristóvão de Mondim. É natural que as freguesias recusem a estas delegações porque o valor transferido pela Câmara é insuficiente para cobrir as despesas reais. O executivo tenta sacudir a responsabilidade do trabalho, mas não transfere o envelope financeiro justo». -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que sempre teve reservas quanto ao modelo atual de delegação de competências. É defensor de uma transferência definitiva das competências relativas à limpeza de valetas, aquedutos e manutenção corrente com os respetivos meios financeiros associados. A gestão atual cria instabilidade nas freguesias porque não sabemos com que verbas podemos contar, não conseguimos planear a médio prazo, ficamos dependentes de decisões sucessivas. As juntas de freguesia estão mais próximas da realidade, conhecem o terreno, conseguem executar este tipo de trabalhos com maior eficiência e rapidez. Referiu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

60  
2.  
me

também que teve conhecimento de que foram realizadas reuniões individuais com os restantes presidentes de junta para discussão dos valores destes contratos. No entanto, com o próprio não houve qualquer reunião. Perguntou se existe algum motivo específico para que a freguesia de Atei não tenha sido ouvida? A Câmara está ainda disponível para reunir e discutir os termos deste contrato? Esclareceu que não se trata de uma questão pessoal mas sim de respeito institucional entre os órgãos autárquicos. Tem também verificado que em algumas situações os sapadores florestais estão a ser utilizados para limpeza de valetas. Com todo o respeito, parece-lhe que os sapadores fazem muita falta na floresta, na prevenção estrutural e no combate aos incêndios. Perguntou se não seria mais eficaz concentrar esses meios naquilo que é verdadeiramente estrutural e transferir definitivamente estas competências para as freguesias. Aproveitou para lançar aqui um desafio construtivo aos senhores presidentes de junta e uniões de freguesia, seus colegas, para que possam, em conjunto, avaliar a possibilidade de apresentar um pedido fundamentado ao município para a transferência definitiva destas competências com os respetivos meios financeiros justos. Crê que todos partilham o objetivo comum de ter as freguesias mais bem cuidadas, mais limpas e melhor geridas. Relativamente ainda à questão dos sapadores florestais, referiu que foi recentemente aberto um concurso para cinco postos de trabalho nessa área pelo que questionou no sentido de saber qual é a área territorial que fundamenta essa candidatura? Que áreas baldias estão afetas a essa equipa? Foi considerada a área baldia da freguesia da Atei? Colocou esta questão porque, sendo a junta de freguesia de Atei a entidade gestora dos baldios da freguesia, seria importante existir articulação e informação prévia sobre qualquer utilização dessas áreas para efeitos de candidatura ou afetação operacional. A coordenação institucional é essencial para que possamos trabalhar de forma alinhada e eficaz. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que, relativamente a este ponto e a tudo aquilo que aqui foi falado pelo Partido Socialista, e sem querer relembrar pecados antigos, queria dizer-lhes que a transferência de competências é possível ser feita desde 2017 e em 2017 o Executivo era liderado pelo Partido Socialista, todos os presidentes de junta de freguesia eram do Partido Socialista, pelo que perguntou porque é que nada foi feito. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, referiu que estava aqui, com muita honra, em representação dos fregueses de Atei, não da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature or initials in the top right corner.

bancada socialista. Foi eleito pelo Partido Socialista, mas fala aqui como representante dos fregueses de Atei. Em 2017 não era presidente de junta, tendo sido eleito presidente de junta ao mesmo tempo que o senhor presidente da Câmara, Bruno Ferreira, com quem tem de trabalhar. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que o investimento que foi feito por parte do município em equipamentos, obviamente que não foi exclusivo para a limpeza das valetas. Acha que seria muito redutor e até uma falta de ética dizer que todo o investimento que foi feito foi só para limpar as valetas. Efetivamente foi feito investimento de maquinaria e que está ao serviço da comunidade. E lembrar também que, neste momento, todas as faixas de gestão de combustível são realizadas pelos serviços municipais quando, em mandatos anteriores, era realizado por empresas externas, ou seja, através da adjudicação a empresas. Esclareceu que houve uma reunião em que questionou todas as juntas de freguesias se tinham intenção ou não de avançar com este protocolo, algumas manifestaram essa intenção de assumir. Deu nota que estava naturalmente disponível para, se a junta de freguesia de Atei assim o quiser assumir, para voltar a realizar uma reunião sobre o assunto. Acredita que deve ser assim também no tratamento institucional. Realçou que não é empurrar para as juntas de freguesia esta responsabilidade, até porque, ao longo dos anos, não têm sido as mesmas freguesias a aceitar, tem havido aqui alguma alteração daquilo que é a disponibilidade ou vontade no momento. Ninguém é obrigado. Obviamente que no dia em que qualquer uma das juntas de freguesia disser que não quer, a Câmara assumirá com naturalidade essa limpeza. Relativamente à questão colocada sobre os sapadores, referiu que não vamos deslocar obviamente um sapador no momento crítico ou de prevenção ou de combate para realizar outro tipo de trabalhos. Obviamente que a prevenção do território também se faz com a limpeza e é isso que temos procurado fazer com os recursos da Câmara Municipal de Mondim Basto. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, referiu que ficava a aguardar disponibilidade para que essa reunião possa ocorrer, porque Atei também merece ser ouvida. Em relação ao concurso de cinco sapadores, referiu que o senhor Presidente não lhe respondeu sobre os baldios da responsabilidade da junta de freguesia de Atei. Para terminar referiu que as questões que aqui colocou não têm qualquer intenção de confronto, têm apenas um propósito de defender a freguesia de Atei e as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

01.  
me

peçoas que representa. O desenvolvimento do concelho só é verdadeiro quando chega a todos, a todas as freguesias, sem exceção. Atei quer colaborar, quer contribuir e quer fazer parte das soluções. Mas também quer ser ouvida, respeitada e considerada nas decisões que a afetam. É nesse espírito que intervém hoje: defender a sua freguesia não é uma oposição, mas sim um dever. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, no âmbito do procedimento que está a decorrer, ele é também na sequência da aprovação de uma nova equipa de sapadores. Referiu que não conseguia precisar exatamente qual é que é a área, mas obviamente que foi necessário identificar uma área para que a aprovação da candidatura fosse realizada. Aproveitou também para dar nota que, contrariamente até a outras candidaturas, nós só conseguimos a candidatura para o financiamento dos recursos humanos. Teve que ser o município a assumir a aquisição da viatura. Mas, ainda assim, entendemos que era importante termos uma segunda equipa de sapadores. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente à intervenção do senhor deputado Vitor Costa, que o PSD já foi eleito para o segundo mandato e o papel do senhor deputado é defender todos os fregueses de todas as freguesias. Não tem que vir aqui fazer o papel de defesa do Executivo. E é precisamente isso que está a fazer. Não pode comparar a saúde financeira que havia em 2013, 2015, com a saúde financeira atual. Por isso, é muito injusto comparar aquilo que é possível fazer agora com aquilo que era possível fazer na altura. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que era de bom grado que via o deputado Carlos Macedo reconhecer que o município está numa boa saúde financeira. Portanto, é bom reconhecer que o deputado do partido municipal do Partido Socialista reconhece que o município está com uma com boa saúde financeira. Relativamente ao conselho que deixou ao deputado Vitor Costa, referiu que o deputado Carlos Macedo já era deputado no mandato de 2017 a 2021 pelo que também devia ter defendido os fregueses com a mesma veemência que o faz agora. -----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a União das Freguesias de Campanhó e Paradança e o Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -



Handwritten signature or initials in the top right corner.

**2.7- Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas e o Município de Mondim de Basto -----**

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas e o Município de Mondim de Basto; que foi aprovada por unanimidade. -----**

**2.8- Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a Junta de Freguesia de Bilhó e o Município de Mondim de Basto -----**

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a Junta de Freguesia de Bilhó e o Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade. -----**

**2.9- Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros e o Município de Mondim de Basto -----**

Não havendo intervenções, a senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, entre a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros e o Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade. -----**

**2.10- Tomar conhecimento da declaração de compromissos plurianuais e da declaração de pagamentos e recebimentos em atraso do Município de Mondim de Basto, à data de 31 de dezembro de 2025 -----**

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

**2.11- Relatório Anual de Avaliação de Atividades das CPCJ's no ano de 2025 -----**

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que a sua intervenção vem no seguimento de uma intervenção que já tinha feito quando esteve cá no mandato de 2017 a 2021 e pensa que também pelo meu sucessor. Trata-se de um pedido que fizeram reiteradamente ao longo dos mandatos no sentido de que este tipo de relatório deve surgir com um princípio, um meio e um fim. Acha que estes relatórios, impressos diretamente da internet, não abonam nada para quem o está a avaliar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

LF  
me

Trata-se de uma questão de respeito por quem os lê e por quem efetivamente tem interesse em lê-los. Afirmou que a própria tinha interesse em lê-lo. Se disserem que é uma coisa “para inglês ver”, está ótimo! No entanto o documento é-lhes enviado para interpretação quando com uma simples introdução, um desenvolvimento com os cálculos e as considerações a que chegaram, e uma conclusão seria muita mais fácil interpretar. Estando nós num momento de consciencialização ambiental e de impressão, teriam poupado metade das folhas se imprimissem isto de outra forma e se fizessem essa introdução, esse desenvolvimento e essa conclusão. -----

### 2.12- Recomendações -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para dizer que, como já foi dito na última assembleia, tinha recebido via e-mail três recomendações do Partido Socialista: 1- Recomendação ao Executivo municipal: transmissão online de reuniões públicas da Câmara Municipal; 2- Recomendação sobre o funcionamento da Assembleia Municipal: alargamento da transmissão das sessões da Assembleia Municipal a múltiplas plataformas digitais; 3- Recomendação ao Executivo municipal: adoção de procedimentos que previnam a utilização da imagem de menores em canais institucionais, redes sociais, comunicações públicas do município. A Mesa entendeu que se trata de recomendações e não de propostas de recomendações. Para que uma recomendação provenha da Assembleia Municipal, ela deve obedecer a um procedimento próprio. Isto é, deve ser pedido ao Presidente da Mesa da Assembleia que agende, na ordem do dia, uma proposta de discussão e votação da resolução ou da recomendação. A proposta da recomendação será discutida, votada e será ou não aprovada. Neste caso, o procedimento escrito não foi o adotado. O texto das recomendações não traduz uma proposta de recomendação para ser discutida e votada. Constitui recomendação do Partido Socialista à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. São recomendações que apenas vinculam o Partido Socialista. O facto de o Partido Socialista, no final do texto da recomendação, solicitar a votação da recomendação não corrige o erro de procedimento. Sem prejuízo de o Partido Socialista apresentar futuramente propostas de resolução corretamente enquadradas em termos de procedimento, os textos apresentados não podem ser objeto de discussão e votação. Neste sentido, deixo à consideração da bancada do Partido Socialista se queria somente ler e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*Handwritten signature*

apresentar as recomendações ou se pretendia fazer estas apresentações em futuras propostas a apresentar a Assembleia Municipal para serem então discutidas e votadas. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, não sabia como qualificar isto. Em primeiro lugar, porque a primeira vez que apresentaram estas propostas, pelos vistos, o prazo tinha passado há umas horas. Agora, as propostas são enviadas atempadamente e a desculpa é que não é proposta de recomendação, é recomendação. Não percebe porque é que estão a tentar bloquear estas três propostas de serem votadas e discutidas aqui por todos os deputados. Não consegue entender porque é que estão a tentar fazer este bloqueio. Supostamente esta é a Casa da Democracia. Estamos a falar de assuntos que são muito importantes, dos direitos das crianças não serem expostas no formato digital, da transparência das assembleias serem transmitidas via redes sociais, pelo que não percebe a razão deste bloqueio. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, usou da palavra para dizer que a Mesa estava na disposição de tratar os assuntos desde que sejam apresentadas propostas de recomendação. Toda a gente sabe que não vinculam nada mas terá que ser fundamentado e aí serão trazidas a esta Assembleia com todo o gosto e com toda a transparência. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, da sua interpretação do que foi dito pela senhora Presidente da Mesa, estas recomendações obviamente não vinculam quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal. No entanto, sendo não vinculativas, se o Partido Socialista quiser apresentá-las hoje enquanto recomendações, tendo em conta a vinculação, poderá fazê-lo. Crê que foi essa a disponibilidade que foi apresentada. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, considera que esta proposta ao plenário, por si só, para estarmos só aqui a dizer quais é que são os temas e qual é que é o fundamento da sua proposta, não faz sentido, porque o que importa neste momento é saber também a posição das outras bancadas. Portanto, se não pode ser votada, entendem que terá que ser na próxima Assembleia. -----

### 2.13- Informação do Executivo -----

A deputada municipal **Ana Luísa Cerqueira Seca** usou da palavra dizer que, relativamente ao relatório de atividade do município, verificou que no ponto relativo aos processos pendentes, nomeadamente no processo número 249/14.9 BEMDL, houve uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

68.  
me

alteração em relação à informação apresentada na reunião anterior. Questionou se o senhor Presidente podia informar mais detalhadamente o que realmente aconteceu relativamente ao processo em questão. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que, relativamente à informação da Divisão de Economia e Investimento, e, claro, relativamente ao turismo que é um assunto que lhe diz muito, não é, do ponto de vista profissional, encontrou algumas incoerências relativamente aos registos que foram feitos. Isto porque quando dizem aqui que nós recebemos 2027 visitantes na loja interativa, 3985 no centro interpretativo, que em média permaneceram duas a três noites no concelho, mas depois diz que segundo os dados recolhidos a maioria dos turistas ainda não pernitou no concelho, acha os dados um bocado estranhos. Portanto, não sabe se isto efetivamente estará bem analisado, e, se calhar, seria interessante, considerando que nesta divisão são 31 projetos apresentados, dos quais 9 são investimentos no setor do turismo, começar a olhar para estes dados de outra forma, não querendo pôr em causa os dados efetivos estatísticos que foram apresentados. Relativamente ao apoio ao empresário e ao gabinete de inserção profissional, infelizmente pode-se constatar que temos ainda bastantes desempregados, mas também se consegue constatar que realmente há um acompanhamento efetivo com unidades, com números, com valores, e que conseguimos chegar a uma conclusão. Infelizmente, da parte do apoio ao empresário, não se consegue obter esses valores. Não sabe se é porque não se registam, ao contrário do que fazem com o acompanhamento na área do desemprego, porque se efetivamente há uma aposta no turismo de infraestruturas públicas, é suposto que essa aposta acompanhe o investimento privado. Relativamente ao apoio ao empresário dizem que realmente foram prestadas todas as informações, aconselhamentos, ou seja, toda uma retórica que consegue entender daquilo que está a ser feito no setor, mas não consegue perceber é quantos empresários é que foram atendidos, quais as áreas em que eles procuraram investimento, quais são os recursos que estão disponíveis para a área de investimento no território. Também não consegue perceber ao nível das ações de formação que foram realizadas porque a informação está muito vocacionada para a procura de emprego, quando ainda recentemente estive num workshop do Mondim Mais Comércio que, certamente, de um ponto de vista indireto, estaria relacionado com o investimento. Acrescentou que sempre teve uma teoria que não se constrói produtos turísticos sem análise aos recursos do território. Nunca viu nenhum



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

of.  
me

município a fazer um levantamento dos recursos que têm disponíveis, sejam eles de que natureza for. Vê-os sim a fazer investimento e a construir produtos com base em teoria e num potencial meio alheio. Portanto, acha que temos que começar a perceber e a catalogar recursos para se construir projetos, e acha que este gabinete é um excelente modo para começarem a fazer. Seria um excelente ponto de partida para começar a trabalhar a partir do zero e a construir dados estatísticos sem estar sempre a recorrer a avenças com empresas externas ao território. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar nota que os resultados apresentados, quer de visitantes, quer o número noite / de dormidas, provém do inquérito que é realizado pelos colaboradores nestes dois serviços, quer no Posto de Turismo, quer no Centro Interpretativo das Fisgas de Ermelo e que, no âmbito das pessoas que pernoitam em Mondim, é a média das que pernoitam em duas a três noites. Depois, deu nota também da importância do empreendedorismo e de podermos efetivamente dar esse acompanhamento. Com este inquérito, conseguimos ter estes dados mais específicos e mais precisos do que propriamente com aquilo que é depois o resultado do atendimento que fica um pouco mais difícil de podermos quantificar. Relativamente à questão colocada pela senhora deputada Ana Seca, a alteração do processo judicial corresponde a uma intenção da ação do autor Higinio Pinheiro pela realização de empreitadas e pavimentação de caminhos que não foram pagas em 2017, portanto, uma intenção no valor de 135.000 Euros. Em 2017 havia a possibilidade, em negociação, de o pagamento ser de 96.000 Euros. No entanto, o município à altura avançou com o processo judicial, apresentou a contestação. Ou seja, em 2021, demos sequência ao processo que vinha de trás, portanto o processo da contestação. No entanto, depois do recurso ao Tribunal Central Administrativo do Norte, ultimadas as últimas possibilidades de contestação, o município foi condenado a pagar à empresa o valor de 161.000 Euros. Portanto, acumulado os juros da proposta inicial, este será o valor que o município terá que pagar. Acrescentou que já tinha dito no mandato anterior que havia aqui processos judiciais que a qualquer momento podiam ter uma resolução que pudesse implicar os custos para erário público. Alguns nós conseguimos dar continuidade e conseguir que não houvesse qualquer tipo de custo. Neste caso, será aqui um custo efetivo e, portanto, terá o município que pagar 161.000 Euros do orçamento deste ano de 2026. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para, relativamente ao que o senhor Presidente referiu agora, dizer que gostava de saber a que anos se referem as obras. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder ao senhor deputado referindo que na informação apenas há referência, mas certamente que foi antes de 2017 porque a contestação da intenção da empresa foi em 2017, portanto, seguramente antes desse período. -----

### 2.14- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

### ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 30 de abril de 2026, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia, Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

Eva Anjos

Emília Gonçalves